

A “Via” de Desenvolvimento do Capitalismo Brasileiro

André Rodrigues Iusif Dainez¹

(Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo)

Paulo Winícius Teixeira de Paula²

(Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo)

Introdução

Na conjuntura contemporânea, de crise global do capitalismo, o acirramento das contradições da sociedade de classes expõe a ossatura do modo de produção capitalista nas diversas formações sociais particulares ao redor do mundo. No Brasil, a manifestação da crise assumiu contornos dramáticos, sendo acompanhada por uma violenta ofensiva do capital contra os trabalhadores, visando a recomposição dos lucros pela ampliação da exploração do trabalho, levada a cabo, inicialmente, por um governo que não foi eleito pelo voto e, em seguida, por outro de caráter neofascista, com ampla presença de militares no aparelho do Estado e personificado por uma figura cujo feito mais notório para o público até então havia sido a homenagem a um torturador da ditadura civil-militar brasileira durante seu voto em uma das sessões do Congresso que legitimaram juridicamente o golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff³.

A crise atual, se analisada de forma isolada e abstrata, torna a compreensão de seus reais determinantes uma tarefa inexecutável, tendendo a caracterizar variáveis de longa duração da história brasileira como elementos autônomos e novos, hipertrofiando os aspectos de ruptura na análise e desconsiderando as continuidades. A real compreensão

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e mestre em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba.

² Bacharel e licenciado em História e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

³ Ver COGGIOLA, Osvaldo. *De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979 - 2019)*. São Paulo: Liber Ars, 2019.

da crise atual, em toda sua determinação e conteúdo, como processo histórico, pressupõe a clara determinação da particularidade da formação social brasileira.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo resgatar os elementos gerais da discussão sobre a “via” de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para tal intento, em primeiro lugar será necessário o exame do caráter capitalista da economia colonial, para então seguir à discussão em torno da “via” de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

1. O Caráter Capitalista da Colonização e a Revolução Brasileira

Como aponta Mazzeo⁴, para se compreender a formação social colonial no Brasil, é necessário ir além da análise das formas superestruturais do plano jurídico-político e, ao mesmo tempo, ir além das análises que procuram esboçar o modo de produção colonial a partir de um modelo particular-abstrato, ou seja, pela comparação com modelos econômicos “ideais” ou “puros” de capitalismo para determinar o caráter capitalista ou pré-capitalista da economia colonial e que, ainda, a analisam sem se atentar às complexas interações que, como particularidade, estabelece com a universalidade capitalista.

A fim de se estabelecer uma análise que eleve a particularidade da formação social do Brasil e descreva sua formação não como a transposição mecanicista do processo de formação do capitalismo na Europa, mas como um processo histórico específico, dialeticamente conectado ao período de expansão e consolidação do capitalismo do século XVI, é preciso compreender a formação do Brasil como processo particular, moldado pelo capitalismo europeu e, ao mesmo tempo, parte integrante e estruturante de sua formação e consolidação⁵.

Neste sentido, o pensamento de Caio Prado Júnior⁶ representa uma revolução no pensamento marxista brasileiro. Ao analisar a colonização do Brasil e da América Latina como um processo conectado à expansão do capitalismo europeu, ou seja, como uma formação social que é forjada pelo impulso de expansão sociometabólica do capital e que se constitui como um instrumento de extração de excedente econômico da colônia, ou seja, como instrumento de acumulação de capital metropolitano, Caio Prado Júnior

⁴ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Ver PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966; e PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

incorpora a formação econômica do Brasil ao longo processo de subsunção formal do trabalho ao capital.

Latifúndio, escravismo e produção mercantil nas colônias devem ser entendidos, portanto, não como categorias pré-capitalistas que persistem no sistema-mundo que o capital cria e subjuga a seus desígnios, não como formas arcaicas que constituem empecilhos a serem destruídos pela consolidação do capitalismo, mas, ao contrário, como integrantes de uma universalidade que, apesar das contradições existentes nos complexos e complexos de complexos que a constituem, aponta para uma direção. Em outras palavras, como parte, embora aparentemente contraditória, integrante e constituinte do processo de constituição do modo de produção capitalista⁷.

Assim, a formação social colonial já nasce mergulhada na expansão capitalista, é moldada pelo modo de produção capitalista ao mesmo passo que alavanca a acumulação de capital e permite a superação das contradições do capitalismo que ainda se reproduz sobre bases produtivas arcaicas, a manufatura.

Compreender, portanto, a formação social brasileira passa necessariamente pela análise do caráter da colonização e da produção colonial. Como mostra Mazzeo⁸, o Brasil fora colonizado pelo primeiro Estado Nacional europeu, cuja consolidação, no século XIV, se dá sobre as bases de um feudalismo “atípico”, de reinos que se formam tardiamente no processo de “reconquista” da Península Ibérica, em um processo de subsunção da nobreza à burguesia mercantil.

É pelo impulso expansionista do capital que a Europa se lança na expansão marítima e “após deslumbrar-se com as maravilhas naturais americanas, transformará o continente em seu imenso pomar, em seu inferno e seu paraíso”⁹. Os europeus chegaram à América trazendo o signo da cruz nas espadas e a sede de lucro burguesa. Os espanhóis:

(...) sentavam-se com gestos de prazer e levantavam o ouro, como se aquilo lhes renovasse e iluminasse o coração. É certo que desejam aquilo com grande sede. (...) Como uns porcos famintos, anseiam pelo ouro¹⁰.

⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem, p. 53.

¹⁰ Citação atribuída a um texto náhuatl, preservado no Códice Florentino. Em GALEANO, Eduardo. *As Veia Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2020

Desta forma, pode-se afirmar que o Brasil foi colonizado por um Estado que “(...) acaba sendo a própria encarnação da transição do feudalismo para o capitalismo”¹¹, tanto quanto que a colonização do Brasil é parte integrante de um todo, do processo de transição do feudalismo ao capitalismo, servindo, enquanto sistema, como instrumento de acumulação primitiva de capital¹².

Tal fato dará o tom da colonização, enquanto empreendimento da grande empresa mercantil metropolitana¹³, de forma que a escravidão, o latifúndio e a produção colonial brasileira devem ser compreendidos como integrantes da Acumulação Originária de Capital¹⁴, ou seja, do longo e violento processo de subsunção do trabalho ao capital.

Desta forma, o sentido da colonização é a exploração dos recursos naturais da colônia pela produção de mercadorias para o exterior¹⁵, para viabilizar a maior taxa de lucro possível para o capital metropolitano. É a partir disso que se organiza a produção colonial, tendo esta um caráter eminentemente capitalista, de produção para a valorização do capital.

A colonização moderna, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr, tem uma natureza essencialmente *comercial*: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia - eis, no fundo, o “sentido da colonização”¹⁶.

O fato de que tal produção se dê sobre a exploração do trabalho sob relações de produção “arcaicas” não nos permite negar seu caráter capitalista. Pelo contrário, o capitalismo, em sua fase inicial, impulsiona o trabalho forçado. O crescimento da produção de mercadorias na Europa Ocidental resultou, a partir do século XV, em um recrudescimento das relações servis na Europa Oriental, no que Engels caracterizou como “segunda servidão”. No caso europeu, o sentido desta intensificação da servidão não aponta para a reafirmação da dominação feudal, como aponta Anderson¹⁷, mas sim a uma resposta às necessidades de produção ampliada de mercadorias sob bases produtivas arcaicas¹⁸.

¹¹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p 53.

¹² NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

¹⁴ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

¹⁶ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011, p.68.

¹⁷ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

¹⁸ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

Da mesma forma, a escravidão colonial não é análoga à escravidão da Antiguidade. Ao contrário, é a escravidão a serviço do capital, ou seja, para viabilizar a Reprodução Ampliada do Capital, que permite a superação dos limites da produção manufatureira¹⁹. Neste sentido, a escravidão aparece como forma de superação destes limites à acumulação, viabilizando o desenvolvimento das forças produtivas que culminará na Revolução Industrial, ou seja, na generalização da produção maquinofatureira e na consolidação do modo de produção capitalista. Neste sentido, como aponta Wilson do Nascimento Barbosa: “Trabalho livre e escravidão são dois lados de uma mesma moeda”²⁰.

Não é de se espantar, portanto, que a escravidão moderna apareça não na América, mas na própria Europa, pela exploração de trabalho escravo na produção de cana-de-açúcar no Mediterrâneo e, em seguida, nas Ilhas do Atlântico, com capitais italianos, ibéricos, flamengos e normandos. A escravidão é transplantada à América Portuguesa tão logo a produção açucareira se inicia, por um lado porque o tráfico de escravos constitui atividade altamente lucrativa para os capitais europeus²¹ e, por outro, porque seu custo torna a produção colonial altamente lucrativa. Sobre este último fator, João Manuel Cardoso de Mello²² aponta que a abundância de terras na colônia obsta a generalização do assalariamento de uma força de trabalho livre a um custo atraente. A abundância de terras apropriáveis permitiria ao trabalhador livre o desenvolvimento de uma economia de subsistência. Assim, seu assalariamento só seria viável mediante o pagamento de salários acima do nível de subsistência. Em outras palavras, não estaria plenamente determinada a separação entre trabalhador e meios de produção, pré-condição para a existência do trabalho assalariado.

Por fim, o caráter extensivo da produção, organizada sobre o binômio escravidão e latifúndio, buscava viabilizar a maior taxa de lucro possível aos capitais metropolitanos por uma produção intensiva, portanto, em trabalho e terra. Neste sentido, o latifúndio tem caráter eminentemente capitalista. A metrópole visa obter a máxima exploração da força de trabalho e da natureza, seja na exploração de ouro e prata ou no regime de *plantation*,

¹⁹ Ibidem.

²⁰ BARBOSA, Wilson do Nascimento. A Economia do Negro no Brasil. *Boletim do GMARX-USP*, São Paulo, n. 32, 14 out. 2021. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano2-32>. Acesso em: 20 nov. 2021.

²¹ Como afirma Novais: “paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário”. Ver: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 105.

²² MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

para impulsionar o processo de concentração e centralização de capitais que permitirá a Revolução Industrial europeia. Após a Revolução Industrial, a produção primária da América Latina viabilizará também, a produção de gêneros agrícolas a baixos preços para baratear o custo de reprodução da força de trabalho europeia²³.

Conclui-se, assim, que a infraestrutura da formação social colonial é obra do capital em expansão. Assim, a economia colonial já nasce ligada ao capitalismo, sendo, ao mesmo tempo, organizada por ele e, também, alavanca de seu desenvolvimento e consolidação. Entende-se, assim, que a particularidade da formação social brasileira resulta de uma forma particular de entificação do capitalismo. Cabe, agora, o exame de tal particularidade pela análise da “via” de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

2. A “via” de Desenvolvimento do Capitalismo Brasileiro

Caio Prado Júnior²⁴ foi o precursor da análise marxista que caracteriza o capitalismo brasileiro como uma forma capitalista não clássica, cuja transição para a industrialização ocorre sem rupturas revolucionárias, destacando, portanto, a incapacidade da burguesia brasileira em realizar sua tarefa histórica de ruptura com a estrutura colonial e formação de um capitalismo nacional e autônomo. Mais que isso, demonstra como as elites latifundiárias e escravistas, objetivando a manutenção da escravidão e do latifúndio, conduzem e optam por um processo modernizador subordinado aos interesses do capital internacional. Logo, o elemento colonial figura como uma continuidade na história de um país cujo processo de independência é cuidadosamente conduzido pelas elites coloniais²⁵ e onde o processo de industrialização se dará tardiamente ou hipertardiamente²⁶, determinando a formação de uma estrutura econômica de caráter periférico e subordinada aos interesses do capital estrangeiro.

E é justamente a não ruptura com a estrutura econômica colonial e o aspecto hipertardio do desenvolvimento capitalista no Brasil que serve de inspiração às análises do desenvolvimento do capitalismo brasileiro dentro das chamadas “vias” de desenvolvimento do capitalismo.

²³ Ibidem.

²⁴ PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

²⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

²⁶ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

De forma muito sucinta, pode-se definir como “via clássica” de desenvolvimento do capitalismo onde este desenvolvimento ocorre pela eclosão de um processo revolucionário burguês, ocorrendo uma destruição completa do feudalismo e a superação da nobreza feudal. É o caso da Inglaterra e da França, onde a radicalidade política da burguesia, munida ideologicamente de um liberalismo que reflete tal classe em sua “fase” revolucionária, a levará à articulação com as massas populares em uma revolução de caráter democrático-burguês, que consolida de um regime político de dominação burguesa pelas vias da democracia burguesa²⁷.

A “via prussiana”, descrita por Lenin²⁸ como uma forma não clássica de objetivação do capitalismo, consiste na objetivação do capitalismo que se dá na ausência de rupturas revolucionárias, por um processo de acumulação a partir do campo, onde a fazenda feudal se transforma progressivamente em burguesa, e pela condução de um processo modernizador das forças produtivas (e restrito a elas) de caráter reformista. É o caso da Alemanha e que, como aponta Mazzeo²⁹, pode também ser estendido à Itália e ao Japão, onde a burguesia, sem forças de confrontar e controlar o proletariado e de garantir a unidade nacional, concilia com a nobreza terratenente *junker*, que conduz um processo de modernização sem mobilizações sociais e restrito ao progresso das forças produtivas. Uma modernização das forças produtivas que é conduzida de forma autoritária e centralizada por um Estado de caráter bonapartista³⁰, controlado pela nobreza *junker*, onde a burguesia “cede” seu poder político para assegurar a manutenção de seus interesses econômicos. Um processo caracterizado pela violenta exploração econômica e exclusão das massas trabalhadoras e camponesas do processo político³¹.

Tal processo é caracterizado, como aponta Mazzeo³², por “reformas pelo alto” e pelo transformismo de uma burguesia que, titulada, enobrece e de uma nobreza que se aburguesa, e, ideologicamente, pela absorção de um liberalismo reformista e conservador

²⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

²⁸ LENIN, V. I. *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São: Ed. Ciências Humanas, 1980.

²⁹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

³⁰ Um Estado que se apresenta como representante imparcial da vontade do “povo”, ou seja, de todas as classes sociais, mas que, na verdade, tem um caráter conservador e contrarrevolucionário, sendo, portanto, um instrumento das classes econômicas dominantes. Ver MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

³¹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

³² *Ibidem*.

e por uma caracterização do Estado que remete à ideia de um espírito comum alemão, que justifica um “nacionalismo chauvinista e contrarrevolucionário”³³.

A “via” americana de desenvolvimento do capitalismo - ou seja, o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos -, apesar do passado colonial comum aos países da América, constitui-se em um caso limite onde, no Norte desenvolveu-se, em primeiro lugar, a atividade agrícola camponesa voltada à subsistência e ao mercado interno que, posteriormente, com o desenvolvimento de atividades comerciais e manufatureiras ligadas ao mercado interno e à exportação, permite o desenvolvimento de uma burguesia nacional que, fortalecida, conduziria um processo revolucionário burguês de caráter democrático, nacional e anticolonial que se objetivará pela Revolução Americana e, depois, na Guerra Civil com a burguesia latifundiária e escravista do sul, resultando em uma ruptura radical com a estrutura colonial. Uma ruptura que permitiu o pleno desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas e de uma ideologia liberal e democrática plenamente burguesa. A “via” americana resultou, como aponta Mazzeo, no “mais burguês dos países burgueses”³⁴.

Mazzeo³⁵ aponta que, a partir da década de 1970, como resultado da efervescente conjuntura do movimento comunista internacional - com a Revolução Cubana, a luta dos vietnamitas contra o Imperialismo, a ruptura da China com a União Soviética, dentre outros -, da ocorrência do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, bem como pelas muitas divisões internas dentro do PCB, começam a circular pelo Brasil as obras de autores antes vistos como “heréticos”, em especial, Lukács e Gramsci. A influência de Lukács retomará e aprofundará a discussão sobre as particularidades da formação social brasileira, inspirando a utilização das categorias formuladas por Lenin para se compreender a forma de objetivação do capitalismo no Brasil em sua especificidade e concretude.

Dentro desse quadro, Carlos Nelson Coutinho³⁶ desenvolve sua análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir do conceito da “via” prussiana de Lenin. A análise de Coutinho da “via” prussiana destaca pontos importantes do processo de entificação do capitalismo brasileiro, enfocando o atraso no desenvolvimento das

³³ Ibidem, p. 99.

³⁴ Ibidem, p. 101.

³⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 153-170.

³⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

forças produtivas capitalistas, o reformismo “pelo alto”, a exclusão das massas populares do processo de independência e a modernização das forças produtivas dentro de um quadro reformista, de conciliação entre o velho e o novo, um “itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso”³⁷, onde as elites agrárias mantêm seu poder.

Todavia, a via prussiana, no caso da Alemanha (e também, da Itália e Japão), embora tenha resultado, como observa Mazzeo³⁸, em formas historicamente menos “generosas” de capitalismo, não resultou em uma inserção subordinada destes países no quadro do capitalismo internacional. Pelo contrário, desenvolveram-se burguesias nacionais expansionistas, que se lançam na disputa imperialista mundial, em especial no século XX. É explorando esta diferença que José Chasin, em sua obra “O Integralismo de Plínio Salgado”³⁹, ao analisar as manifestações da extrema direita brasileira, o integralismo, e da extrema direita europeia, o fascismo, conclui por uma diferença fundamental entre ambos os movimentos, derivada justamente das diferenças processuais do desenvolvimento do capitalismo nestes países: o aspecto de regressividade do integralismo. Enquanto o fascismo, representando os anseios imperialistas de uma burguesia de países de capitalismo tardio, lança mão de uma política de extrema direita altamente autoritária, com supressão das garantias individuais, emprego do terror policial e pelo controle dos conflitos de classe pelo Estado corporativista, reprimindo e controlando os trabalhadores e suas formas de organização, há no fascismo também um aspecto de modernização das forças produtivas que permite lançar tais países à corrida imperialista. No caso do integralismo, no aspecto das forças produtivas, há, ao contrário, um projeto de regressividade, de retorno do Brasil a uma vocação ruralista, de frenagem, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas.

Tal análise leva Chasin⁴⁰ a conclusões que tem grandes consequências para a compreensão do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, caracteriza o integralismo como uma manifestação específica, de caráter regressivo, do capitalismo hipertardio. Em segundo lugar, que é a parte que mais interessa à presente análise, conclui pela proposição do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro enquanto uma “via” colonial,

³⁷ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 621.

³⁸ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil*: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 98.

³⁹ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 621.

⁴⁰ *Ibidem*.

pois, embora existam semelhanças importantes com a “via” prussiana, ambas resultaram em capitalismo nacional com importantes diferenças, em especial as relativas à inserção externa e os diferentes tipos de burguesias nacionais que se consolidam. Voltando à Caio Prado Junior⁴¹, podemos afirmar que não se forma no Brasil uma burguesia nacional.

Como aponta Mazzeo, enquanto no caso alemão o desenvolvimento tardio das forças produtivas e a conciliação entre a nobreza *junker* e a burguesia resultaram em um capitalismo de alto desenvolvimento das forças produtivas e que rapidamente se lança à corrida imperialista:

No Brasil, ao contrário, o tributo do *novo ao velho*, em seu caminho de objetivação capitalista, aparece determinado pela interioridade latifundiário-escravista de sua estrutura econômica que direciona, contrariamente ao ocorrido na Alemanha, para a subsunção de uma burguesia, também ela transformista, aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma hipertardiamente como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista, em seu conjunto anatômico⁴².

Ou seja, a industrialização brasileira surge, tardiamente (ou hipertardiamente), de dentro das crises e contradições da economia agroexportadora do café, que consiste em uma continuidade da economia colonial⁴³. A debilidade da burguesia nacional faz com que o capitalismo brasileiro resulte de um reformismo muito limitado da economia colonial, sendo um elemento de longa duração, na história do Brasil, a violenta exploração e exclusão da massa trabalhadora, o latifúndio e a economia estruturalmente subsumida aos polos centrais do capitalismo. É dentro desta permanência do que Caio Prado Jr.⁴⁴ chamou de sentido da colonização, ou seja, de uma economia nacional subsumida aos interesses do capital estrangeiro, que a “via” colonial do capitalismo brasileira releva importantes aspectos particulares da formação social brasileira.

Antonio Carlos Mazzeo⁴⁵, às vistas de aprofundar o aspecto particular do processo de entificação do capitalismo brasileiro, ressalta as diferenças das formações sociais dos países da América, ou seja, daqueles de gênese colonial. bem como a diferença do caráter que assumem as relações de produção coloniais, que no Brasil já se assentam sob a forma

⁴¹ PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

⁴² MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 169.

⁴³ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

⁴⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

moderna de trabalho forçado desde a colonização. Ao mesmo tempo, o autor retoma a análise das semelhanças formais no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na Alemanha, ou seja, os elementos de convergência com a “via” prussiana, mostrando que tais elementos formais, ainda que resguardando as diferenças estruturais e de seu conteúdo, diferenças estas que são determinadas pela condição de colônia, se apresentam na concretude indissociáveis de seu conteúdo e, portanto, permitem a apreensão do real caráter da formação social brasileira. Mazzeo propõe assim a teoria da “via” prussiano-colonial como a que:

mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou ‘hipertardia’, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil.⁴⁶

Desta forma, o processo de concentração de capitais no vir-a-ser Brasil se inicia, também, no campo, ainda que atravessado pelos “percalços típicos de uma colônia acossada por sua metrópole em decrepitude”⁴⁷. Neste sentido, o autor ressalta o impulso à acumulação e concentração de capitais do século XVIII (em especial, na sua segunda metade). O auge da economia mineradora estimula o desenvolvimento de atividades comerciais, bem como o surgimento de pequenas manufaturas de tecido. Ainda, assiste-se no século XVIII a um renascimento agrícola da economia colonial⁴⁸. Mazzeo⁴⁹ destaca, neste período, a importância da produção de açúcar para o processo de “modernização” da colônia, bem como para o desenvolvimento da infraestrutura da qual se beneficiaria, no século XIX, a produção cafeeira.

No século XVIII, observa-se, assim, uma aceleração da concentração de capitais, da urbanização e “modernização” da economia brasileira, dentro dos limites representados pela condição de colônia. Limites estes reforçados pelos esforços de reforço da colonização do Brasil por Portugal, que se encontrava, no governo de Pombal, dentro de um quadro de reformas que buscavam impulsionar a acumulação de capitais e fortalecer o Estado Absolutista, após o fim da União Ibérica⁵⁰.

Dentro desta contradição entre a burguesia colonial escravista e latifundiária, em uma colônia em processo de concentração de capitais e “modernização”, e uma metrópole

⁴⁶ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 105.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 103.

⁴⁸ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

⁴⁹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵⁰ *Ibidem*.

decadente, em uma tentativa de impulsionar a acumulação de capitais em vistas de fortalecimento do Estado Absolutista e do mercantilismo português, se produzirá a independência do Brasil. Independência essa que também será atravessada pela preocupação das elites coloniais com a unidade nacional e com a manutenção da escravidão⁵¹.

Como aponta Mazzeo⁵², tal qual na “via” prussiana, no Brasil, a unificação nacional foi construída “de cima para baixo”. Melhor explicando, em um país de extração colonial e escravista, a irrupção de um processo de independência revolucionário, com mobilização das massas populares, ameaçaria a continuidade da hegemonia da burguesia agrária titulada tanto quanto o fundamento econômico de sua existência, ou seja, ameaçaria a manutenção da escravidão. Ainda, havia o risco de que um processo com mobilização das massas subalternas levasse à fragmentação da unidade territorial que fora construída pela dominação colonial. As elites coloniais, cientes de tais perigos, apostam até o último momento em uma solução conciliatória com a metrópole na forma da permanência de uma monarquia dual⁵³.

A partir do momento que as contradições entre a economia mais pujante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e os interesses de recolonização portugueses mais se agudizam, a burguesia agrária começa a planejar uma solução emancipatória lenta e cuidadosa, que não altere fundamentalmente a estrutura econômica colonial, que preserve a escravidão, a unidade territorial e o latifúndio e que garanta a exclusão das massas populares de todo o processo. Neste sentido, o processo de independência brasileiro tem o caráter de um processo contrarrevolucionário, conduzido pela burguesia-agrário-mercantil - que absorve as “camadas médias”, compostas pela burguesia urbana e os funcionários públicos de formação liberal, onde ideais mais “progressistas” existiam em alguma medida -, conduzido de forma a permitir a emancipação da metrópole de forma lenta, sem comoções sociais e sem rupturas reais com a estrutura econômica colonial⁵⁴.

O processo de independência brasileiro não assume, portanto, um caráter anticolonial nem revolucionário, sendo caracterizado por um reformismo fraco visando a conquista da “emancipação política” de uma burguesia nacional que historicamente tem

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ver MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 120.

⁵⁴ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

repulsão a formas democráticas de governo e à participação popular. Processo este que encontra em D. Pedro o seu instrumento político ideal e, com isso, caracteriza de forma tão clara que beira o caricatural o caráter de arranjo político “por cima”, das elites, à revelia de qualquer participação popular⁵⁵.

Assim, no conhecido discurso de 9 de janeiro de 1822⁵⁶ que ficou conhecido como o “Dia do Fico”, D. Pedro se coloca como o representante da “vontade nacional”. Após a independência, é possível compreender tal imagem do imperador, como “encarnação da vontade do povo”, como um discurso de caráter evidentemente bonapartista, que tem como fundamento real o pacto do Estado monárquico com a burguesia agrária pela consolidação da unidade territorial e manutenção da escravidão⁵⁷.

O período que se segue à transferência pacífica do poder metropolitano - de forma indireta, na figura de D. Pedro - às elites agrárias brasileiras, configura-se como um período de disputa e organização do bloco no poder das frações burguesas. Havia, por parte da burguesia latifundiária, a necessidade de se limitar o poder do imperador e, ao mesmo tempo, conter qualquer rompante revolucionário das “camadas médias” urbanas por reformas mais profundas. A Assembleia Constituinte de 1823 se inicia em um contexto de repressão aos setores liberais tidos como “radicais”⁵⁸.

Após o fechamento da Constituinte por D. Pedro, em 1823, e a outorga da Constituição de 1824, amadurece-se um novo pacto entre os setores da burguesia agrário-mercantil e os setores da burguesia urbana liberal, estes últimos contrários à figura tida como “autocrata” de D. Pedro. Tal pacto visava conter a ameaça da restauração portuguesa, que se fortalecera após o fechamento da Constituinte, bem como a radicalização iminente de setores liberais, resultando na consolidação, como aponta Mazzeo⁵⁹, de uma “frente ampla” hegemônica e conduzida pela burguesia latifundiária para derrubar o imperador.

Segue-se, após o golpe de 7 de abril de 1831, que resulta na “abdicação” de D. Pedro, um período de ajustes das frações burguesas no poder e de cenário político conturbado - marcado pela crise econômica, pela eclosão de revoltas populares e de violenta repressão do Estado, notadamente às revoltas de caráter popular e sertanejo.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Termo de vereação do Dia do Fico*. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1822. Diversos, SDH, Caixas.

⁵⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

Como resposta à radicalização das “camadas médias” urbanas e às revoltas populares, a burguesia agrária, pela aliança dos setores conservadores e moderados, prepara o “Golpe da Maioridade”, de 1840, um artifício político que leva à coroação de um novo imperador, “encarnação” do povo e da nação, iniciando o Segundo Reinado, monarquia de caráter conservador que consolida a autocracia burguesa no Brasil⁶⁰.

Como aponta Mazzeo⁶¹, forma-se um Estado bonapartista, que, sob o discurso de ser a representação “imparcial” dos interesses de todo o povo ou de toda a nação, atua, na verdade, de forma contrarrevolucionária, isto é, como barreira de contenção às massas.

A autocracia burguesa no Brasil se vale de uma política extremamente manipuladora e segue, assim, alternando entre períodos de bonapartismo *sans phrase* e de autocracia institucionalizada. Como aponta Mazzeo:

Se o Império constituiu-se numa forma clássica de governo bonapartista, especialmente o reinado de D. Pedro II, a República Velha viveu a experiência da *autocracia burguesa institucionalizada*, a partir da transição realizada em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes, momento real da consolidação da hegemonia das frações burguesas mais poderosas economicamente, isto é, da burguesia cafeeira até o golpe de Getúlio Vargas, em 1930⁶².

No Brasil, porém, o bonapartismo não conduziu, como na Alemanha e França, ao pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, à consolidação de uma burguesia nacional e à formação de um capitalismo nacional autônomo, mas sim à manutenção da estrutura econômica escravocrata do período colonial, que resulta em um capitalismo dependente e periférico, cuja industrialização hipertardia ou retardatária⁶³, no século XX, dá lugar a um capitalismo nacional que se articula enquanto elo débil do imperialismo. Pode-se afirmar que a burguesia brasileira, que se consolida enquanto burguesia agroexportadora articulada e subsumida à burguesia industrial britânica, abre mão de seu poder econômico para manter seu poder político⁶⁴.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 124.

⁶³ Como aponta Mello, um processo de industrialização que, primeiro, dá lugar a uma industrialização restringida pela capacidade de importar gerada pelo setor agrário-exportador, dada a insuficiência dinâmica do departamento produtor de bens de capital, o DI, e que, com a industrialização pesada, no governo Kubitschek, conforma uma estrutura produtiva altamente desnacionalizada e controlada pelas grandes corporações transnacionais. Ver MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁶⁴ MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 123-124.

Mazzeo caracteriza, assim, como bonapartismo-colonial, o processo de conciliação brasileiro que resulta na:

consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos polos centrais do capitalismo, para a qual a *sociedade civil* se restringe aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe⁶⁵.

Considerações Finais

A análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro dentro do quadro das “vias” de desenvolvimento do capitalismo permite a continuidade da tradição caio-pradiana sobre a análise do capitalismo brasileiro enquanto uma forma não clássica de capitalismo, e enquanto particularidade que interage dialeticamente com a universalidade capitalista.

Assim, a formação social brasileira pode ser compreendida como o resultado de um processo de desenvolvimento do capitalismo de “via” prussiano-colonial. Processo de desenvolvimento hipertardiado que resulta em um capitalismo nacional de inserção externa subordinada nas cadeias imperialistas globais e em uma sociedade autocrática, sob o poder de uma burguesia débil e arcaica, subsumida ao centro capitalista, dotada de uma ideologia liberal reformista e ambígua engendrada pela estrutura produtiva escravista, que conduz uma política de Estado violenta e manipuladora, dentro de um quadro econômico de modernização subordinada. Uma elite que já no século XIX mobiliza o discurso anticomunista⁶⁶ como prevenção a qualquer discurso reformista que contrarie seus interesses e que garante a brutal exploração e repressão dos trabalhadores, antes escravos e depois assalariados, bem como a exclusão das massas populares de qualquer participação política, ora pela coerção violenta, ora pela política manipulatória da autocracia burguesa institucionalizada. Isto é, ora por um governo explicitamente bonapartista, ora pelos períodos de legalidade democrática.

Por fim, o colonial-bonapartismo permite a compreensão do conteúdo do Estado Brasileiro em seu real componente, ou seja, o da luta de classes. Por trás da aparência de

⁶⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 113.

⁶⁶ Sobre o caráter preventivo do anticomunismo no Brasil, ver SECCO, Lincoln Ferreira. O Anticomunismo Preventivo. *Boletim do GMARX-USP*, São Paulo, n. 55, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim55>. Acesso em: 11 out. 2021.

XVIII Congresso de História Econômica:

Problemas, Objetos e Métodos

05 e 06/12/2023 – São Paulo, SP

PPG
HE

fflch

USP

uma sucessão de golpes, alternados por curtos períodos de legalidade democrático-burguesa, há uma variável de longa duração: a autocracia burguesa no Brasil.

Admite-se como variável de longa duração, portanto, o caráter golpista e antinacional da burguesia brasileira.